



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

ATA DE REUNIÃO DA
CPAD x DESEMBARGADORA ROSI MARIA
GOMES DE FARIAS
DATA: 21/02/2023

Participantes	Cargo/Função
Rosi Maria Gomes de Farias	Desembargadora e Presidente da CPAD
Yasmim Ferreira da Silva	Chefe da Divisão de Arquivo – Membro da CPAD
Marly Solange Carvalho da Cunha	Analista - Historiadora – Membro da CPAD
Roberto Hailton Santos da Silva	Analista Judiciário – Membro da CPAD
Marinalva Santa Rosa	Auxiliar Judiciária – Membro da CPAD
Antônio Costa Torres	Auxiliar Judiciário – Historiador – Membro da CPAD
John Charles Nogueira Barbosa	Arquivista – Membro da CPAD
Isan Cunha da Silva Filho	Auxiliar Judiciário – Membro da CPAD
PAUTA	
1 - Formalizar as atualizações das competências da CPAD (Portaria 3133/21).	
2 - Definir um coordenador para a CPAD.	
3 - Comitê Gestor de Gestão Documental.	
4 - Listagem de Eliminação (LED): Elaborar duas listagens em 2024 até 31 de julho (conta pontos para a premiação CNJ de Qualidade).	
Período em que a Desembargadora precisa assinar essas documentações:	



Assinatura da LED pela Desembargadora Rosi: período de 15/05 a 03/06.
Assinatura do Termo de Eliminação pela Desembargadora Rosi: 18/07 a 22/07.

Assuntos Discutidos

A Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias dá boas-vindas a todos os membros da Comissão Permanente de Avaliação Documental presentes na reunião.

A Chefe da Divisão de Arquivo Yasmim Ferreira, informa que foi feito um levantamento para identificar o que precisaria ser alterado na portaria 3133/21 em relação às competências e outras demandas.

O Arquivista John Charlles relata que essas competências dadas na portaria estão muito além daquelas descritas na resolução 324/20 do CNJ. Na resolução existem 5 e na portaria 16 (5 da portaria e outras 11 que fogem da competência da CPAD). É proposto um ajuste nessas competências para que se possa produzir e trabalhar de acordo com o que diz o CNJ. A desembargadora pergunta sobre a opinião do Secretário de Administração em relação a isso e é informada que como ela é a presidente da Comissão, foi sugerida uma formalização dessas alterações para serem mostradas a ela.

Dentre as competências dadas pela portaria existem algumas que competem a um Arquivo Permanente e na estrutura do Tribunal de Justiça do Pará ainda não existe um espaço e um setor específico para armazenar e trabalhar em tal documentação. As documentações de Arquivo Permanente estão juntas de outras que não são e isso pode acabar deteriorando os documentos que devem ser preservados. A desembargadora diz que essas demandas costumam demorar, mas com o tempo espera que comecem a se ajustar e sugere que tudo que está sendo relatado seja pedido, formalizado detalhadamente e levado à Presidente do Tribunal de Justiça para que a Presidente junto ao Secretário de Administração encontrem uma solução para ter um espaço adequado e funcionários para trabalhar nesse setor. A CPAD mostra que já existe um prédio próprio do TJPA na avenida José Bonifácio que está desocupado e que depois de uma reforma estaria apto a receber a Unidade de Arquivo Permanente.

A falta de um Arquivo Permanente é prejudicial também para o público externo que eventualmente procure por pesquisas a documentações históricas e não tem um local apropriado para fazer esse tipo de procedimento.

Recentemente foi enviado um formulário pelo CNJ com perguntas sobre a gestão documental e de memória do Tribunal de Justiça do Pará. Acredita-se que seja um diagnóstico sobre o que o Tribunal ainda não cumpre ou cumpre parcialmente para posteriormente ser cobrado nas próximas premiações do Prêmio CNJ de Qualidade.

Em relação ao item nº 2 da pauta, a Desembargadora acata qualquer decisão da CPAD. Entre os membros, a servidora Marinalva Santa Rosa é eleita como a coordenadora da CPAD para desenvolver os serviços e demandas relacionadas a parte administrativa da Comissão.

Na composição do Comitê Gestor de Gestão Documental, são sugeridos servidores de áreas ligadas ao planejamento estratégico e administrativa do Tribunal. Membros de fora da Divisão de Arquivo que tenham uma ligação direta com a Presidência e alto escalão para que entendam dos problemas existentes e possam levá-los a quem tenha maior poder de decisão e competência para resolvê-los.

É ressaltada novamente a necessidade da criação de cargos efetivos de arquivistas, museólogos e historiadores pois já é exigido pelo CNJ. O atual arquivista que trabalha na Comissão é cedido pela UFPA e a qualquer momento pode ser solicitado de volta ao seu órgão de origem. Então é essencial ter um profissional arquivista efetivo no quadro de servidores do Arquivo Regional de Belém, assim como mais historiadores e museólogos na parte da gestão da memória.



Alguns membros da CPAD se oferecem para trabalhar no Arquivo Permanente quando o espaço/setor estiver criado e pronto.

A Desembargadora sugere marcar o quanto antes uma reunião com a presidente Nazaré Gouveia e levar todas as demandas da Comissão para possíveis soluções, inclusive sobre a criação do Arquivo Permanente. Nessa reunião deve ser pedida a presença de alguns secretários como o de Administração, Informática, Engenharia (estrutura do prédio), Gestão de Pessoas (composição do quadro de funcionários do novo setor) e alguns membros da CPAD.

A criação do primeiro Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Pará ainda na gestão da Presidente Nazaré Gouveia deve ser ressaltada a ela como um ponto muito forte e um marco pois seria importantíssimo para o Tribunal e sua memória institucional.

De acordo com a Presidente da Comissão, todos os problemas e soluções já devem ser levados e apresentados para que a Comissão consiga ser atendida mais facilmente nos seus pleitos.

Existem projetos que estão parados e não podem ser desenvolvidos por conta da falta de um Arquivo Permanente no Tribunal. Poderiam concorrer ao prêmio de inovação do CNJ mas há essa possibilidade. Muitas parcerias com outras instituições públicas e privadas poderiam ser feitas se o Tribunal possuísse um espaço adequado para o Arquivo Permanente, gerando assim uma ótima visibilidade e relevância social ao órgão.

A Desembargadora agradece aos membros presentes da CPAD e renova seu apoio a todas as questões que sirvam sempre para o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos.

